

Contemplar é resistir

Resenha de:

HAN, Byung-Chul. A sociedade do cansaço (Editora Vozes, 2017).

Gustavo Romero

Doutorando em história econômica pela Instituto de Economia/Unicamp.

Dedica-se a pesquisas voltadas ao estudo do Sujeito na modernidade e seus desdobramentos epistemológicos, na ciência econômica em particular e nas ciências em geral.





É possível a peripatética em nossos dias? Pergunta difícil de responder, dentro de um horizonte de modernidade que se inaugura pela supressão cartesiana da experiência, e que, não bastasse o sufocamento lógico, tem se traduzido em literal falta de espaço físico das obesas metrópoles urbanas. Desafia-se a pessoa considerada “sensata” a se aventurar pelo filosofar ruas afora sem afigurar hipótese de condenação aos ângulos agudos dos espaços de invisibilidade contemporâneos – presídios, sanatórios, rituais de despossessão.

Essa é a corda estreita em que transita o peculiar Byung-Chul Han. Entre as tarefas de malabarista e equilibrista, o filósofo aventura-se na caminhada filosófica de criticar com brevidade um modelo de sociabilidade que se pauta em... brevidade. Essa brevidade do argumento é que sujeita o livro “Sociedade do cansaço” ao perigoso trânsito entre os manuais de auto-ajuda, pois desde seu primórdio fica evidente a defesa de Han em favor do “desempenho cultural” da humanidade, fruto de sua superação (precária e provisória) sobre o imperativo da sobrevivência no meio selvagem. Afinal, “na vida selvagem, o animal está obrigado a dividir a sua atenção em diversas tarefas. Por isso, não é capaz de aprofundamento contemplativo” (p. 32). O apego precoce ao núcleo do argumento, contudo, oblitera uma leitura da obra que também deve ser contemplativa: a brevidade do argumento é propositada em vista do diálogo sugerido à pessoa que lê – ela também deve contemplar. Ora, ser breve e direto não significa ser “apressado”. Essa caracterização tem por base duas contraposições: a primeira sugerida por Nietzsche entre “falta de repouso” e atividade (inquietação) contemplativa; a segunda, contemplada pela releitura de *vita activa* proposta por Hannah Arendt, opõe o “agir heroico” do nascimento humano à ideia (cristã) degradada de atividade como mera agitação. Observe-se que não há qualquer equiparação entre contemplação e inação, ou entre atenção profunda e silêncio sepulcral. Pelo contrário, trata-se da “pedagogia do ver”, um processo educativo que, segundo Nietzsche, “não é um abrir-se passivo que diz ‘sim’ a tudo que advém e acontece. Ao contrário, ela oferece resistência aos estímulos opressivos, intrusivos” (p. 52).

É nesse ponto que derrapam aqueles que classificam o livro como simples bálsamo à chaga da vida informacional. Pois a sequência do raciocínio não se presta ao reconforto da inatividade, cuja sinônimo é a impotência. “Se, desprovidos de potência negativa de não perceber, possuíssemos apenas a potência positiva de perceber algo, a percepção estaria irremediavelmente exposta a todos os estímulos e impulsos insistentes e intrusivos” (p. 57). Aí está o fragmento do argumento que a muitos é indigesto: o livro é uma defesa da dialética do negativo, do poder-de-não-fazer, de uma rigorosa alteridade que não se priva à atitude, como o fazia a máxima circular do *Bartebly* de Hermann Melville (“I would prefer not to”). Em outras palavras, o remédio ao “cansaço” não é o descanso inercial, mas a *iniciativa* provida pela capacidade contemplativa, o saber-parar o contínuo monótono da repetição intrusiva. Por esse motivo, o cansaço, ainda que sintoma da sociedade, tem seu *locus* no esgotamento propiciado pela “positividade obrigatória” individual. É proibido proibir-se; qualquer ócio é inadmissível. É o “empuxo da absolutização do ser ativo” (p. 73). Nessa altura, curiosamente, o livro principal se encerra, e Han dá espaço aos “anexos”. Manobra que se torna compreensível na medida em separamos essa primeira parte como o diagnóstico, e os anexos se tornam prognósticos. Aqui o livro se torna mais incisivo e obscuro, mas também mais latente e perspicaz. A tese central dos anexos é a que segue:

Problemática não é a concorrência entre os indivíduos, mas o fato de se tornarem a si mesmos como referência e se aguçar neles, assim, sua concorrência absoluta. O sujeito de desempenho concorre consigo mesmo e, sob uma coação destrutiva, se vê forçado a superar constantemente a si próprio. Essa autocoação, que se apresenta como liberdade, acaba sendo fatal para ele. (p. 99)

Temos prós e contras nessa segunda parte que se estendem, a bem dizer, a todo o conjunto do texto: muitos conceitos que o autor coloca em curso pegam desprevenidos leitores que não tem uma familiaridade mínima com dialética ou com os conceitos de Nietzsche e da psicanálise - o autor não perde nenhuma linha discutindo como ele se apropria dos conceitos e os apresenta já articulados. Em alguns momentos, inclusive, Han exagera no movimento dialético considerando sua proposta de filosofia “enxuta”. Mesmo



assim, os revezes do livro são justamente os pontos de maior interessante. Desafiando o senso comum da filosofia contemporânea (em particular, alemã), que se estende em ressignificações, Han vai direto ao ponto e, ao fazer isso, coloca-se à vista de qualquer crítica e não busca abrigo em qualquer autor ou argumento de trincheira. Isso torna o livro muito autêntico, sendo suas fragilidades suas maiores forças; a dialética, por assim dizer, aplica-se à própria forma da obra. O texto que encerra o livro, transcrição de uma palestra do autor, é essencial para desanuviar essas distorções formais e deixar clara a proposta contemplativa do autor: “a liberdade das *habilidades* gera até mais coações do que o *dever* disciplinar, que profere ordens e proibições. O *dever* possui um limite. Mas a *habilidade* não possui limite algum.” (p. 117)

Superada a avaliação da forma, passamos ao mais importante, ao conteúdo do texto. Não há como negar a pertinência do argumento de Han. Mesmo que em alguns (poucos) momentos o autor se atralhe com a relação entre negatividade ou positividade e a alteridade (ossos da dialética), e ainda que tenha enrijecido a concepção de sociedade disciplinar de Foucault (que é um autor, nesse contexto, cuja função se configura mais “instrumental” do que conceitual), ainda sim o principal foi preservado: a ideia de que não estamos presenciando a supressão do indivíduo, mas sim sua extrapolação em oposição à ideia de coletividade. A oposição, saliente-se, em termos dialéticos, não significa a negação de que vivemos em conjunto; pelo contrário, é justamente a presença extenuante da sociedade que torna possível a uma negar-sem-negar o Outro, em forma de excesso de (auto) positividade. Han alimenta essa problemática em três camadas: uma, que chamaremos de “base”, reforça a tese do último humano ou “super-humano” nietzschiano como “corpo saudável” e como executor do mero trabalho. Utilizando a conhecida oposição aristotélica entre viver e bem viver, Han aponta como a sociedade do cansaço, baseada no desempenho, “se nutre da ilusão de que mais capital gera mais vida, que gera mais capacidade para viver” (p. 107). Nesse espaço-tempo suspenso pelo esvaziamento da contemplação parasita a ditadura da positividade. Os *homine sacri* de Nietzsche, por demais perturbados pela não-vida (a morte), elevaram a saúde à categoria de deusa, mesmo que essa função não fosse capaz de tornar a morte imanente ou, melhor,

que não fosse possível dessacralizar a transcendência fúnebre. Os *homine sacri* da sociedade baseada no desempenho, contudo, não desfrutam sequer da imanência, pois a sua oposição, a transcendência, está bloqueada pela suspensão do tempo de acesso ao sagrado : eles “estão por demais vivos, para morrer, e por demais mortos, para viver” (p. 109). A segunda camada, que podemos reconhecer como dispositivo de “movimento” do livro, baseia-se numa leitura por muitos considerada herética, que aproxima Marx a Nietzsche pelos conceitos de mercadoria e mais-valia de Marx (intenção discreta e explicitamente apontada apenas na p. 116, mas que percorre todo o texto). Han aproveita o que há de melhor e descarta o que ainda emperra o evangelho marxista: leva às últimas consequências a ideia de mercadorização, descartando qualquer possibilidade de que a sociedade das mercadorias possa levar, dialeticamente, à “utopia socialista”, para isso reforçando o conceito de exploração via trabalho não apenas pela sua significação econômica, mas pelas suas consequências funestas sobre a *psique* humana. Aqui se encontra a terceira e “dinâmica” camada do livro: as apropriações que o autor faz da psicanálise enfocando os processos de depressão e hiperatividade que repercutem no esgotamento da capacidade contemplativa humana. O problema da sociedade de desempenho está além das esferas econômica ou sociológica, cujas barreiras já foram há muito superadas pela violenta lógica de reprodutibilidade dos padrões de expropriação; o desempenho (não mais somente o “lucro do capital”) apresenta-se com tal autoridade que os antigos alertas sobre a barbárie iminente de nossa “civilização” nunca pareceram tão factíveis.

Han foi suficientemente prudente para salientar o aspecto da lentidão (o que nos remete à belíssima obra homônima de Milan Kundera) da contemplação como defesa à hiperatividade, esta que, incessantemente, assedia o espaço de auto-reflexão (atemporal por natureza) para ocupá-lo com o espaço de desempenho (que não é apenas temporal, mas dura e cronologicamente temporal). A sensação de tempo “livre” oculta a supressão do tempo “suspenso”, o “tempo da arte”, imputando-lhes a qualidade de “tempo perdido”. É nisso que Han insiste: o tempo “produtivo” é considerado preferível ao tempo “ocioso” nessa sociedade de desempenho. Quanto mais persevera essa ideia do tempo dito



perdido, mais próximos estamos da derradeira conversão daquela que seria a capacidade que nos torna verdadeiramente “sencientes” em capacidade meramente produtiva – o já mencionado super-humano de Nietzsche. Em suma, o advento da individualidade em associação ao desempenho representa a possibilidade antitética de supressão da própria individualidade; individualidade não no sentido raso de “unidade componente”, que é a própria síntese dialética da sociedade de desempenho (tão bem registrada pela imagem do *brick in the wall*), mas no sentido de singularidade e autenticidade, a tese dialética do que é, justamente, ser humano em sua mais pura forma.

Por isso, conclui-se, é possível ser peripatético em nossos dias? A resposta é sim. Mas talvez o segredo seja justamente saber parar de caminhar.